**CÂMARA DOS DEPUTADOS — PEDIDO DE INFORMAÇÕES — SE-
GRÊDO PROFISSIONAL — FABRICA NACIONAL DE MOTORES**

— Cabe ao Ministério da Indústria e Comércio, ao qual está vinculada a Fábrica Nacional de Motores, decidir do caráter sigiloso de informações solicitadas pela Mesa da Câmara dos Deputados.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

PROCESSO P. R. N.º 27.677-61

Presidência da República. Consultoria-Geral da República. E. M. n.º 098-H, de 21 de outubro de 1964. — “Aprovo. Em 4-11-64.” (Enc. ao M.I.C. em 12-11-64.)

PARECER

A Mesa da Câmara dos Deputados encaminhou ao Ministério da Indústria e Comércio pedido de informações formulado por um parlamentar, relativo às transações da Fábrica Nacional de Motores S. A., com a sociedade Mecânica Victori, sediada no Estado da Guanabara.

2. Arrimada no parecer de seu Órgão Jurídico, a citada empresa se opôs ao atendimento do pedido, argumentando ainda, com a inconveniência da divulga-

ção de seus negócios, por envolver sigilo comercial.

3. De início convém ressaltar que a Fábrica Nacional de Motores S. A. é uma sociedade de economia mista e os nossos tribunais vêm, coincidentemente e interativamente, considerando esse tipo de sociedade como pessoas jurídicas de direito privado. (*Arquivo Judiciário*, vol. 117, página 181; *Arquivo do Ministério da Justiça*, vol. 48, pág. 53; *Revista de Direito Administrativo*, vol. 30 pág. 329; *Revista Forense*, volumes 145, pág. 99; 180, pág. 63; 190, pág. 57; 171, pág. 343; 158, pág. 466 e 146, pág. 86.)

4. Esta Consultoria-Geral da República já teve oportunidade de emitir parecer sobre consulta idêntica à presente.

5. Themistocles Brandão Cavalcanti, no Parecer n.º 58-X, in *Pareceres do Consultor-Geral da República*, vol. I, págs. 223-226, asseriu:

“3. Em matéria de sigilo, é preciso considerar o sigilo devido pela Administração em relação aos interesses de terceiros e aos seus próprios interesses.

4. Não resta dúvida que o sigilo se impõe em determinados casos, mas a alguém deve caber julgar da natureza sigilosa, ou não, de determinada matéria.

5.

6. É dever da Administração conservar o segredo sobre certos atos, embora não haja nenhum ato imune ao exame e investigação do Poder Legislativo.

Dever dos demais poderes é também respeitar esse sigilo.

7. Não é lícito também admitir a devassa administrativa mediante pedidos de informações.

8. Parece-me que no caso, o sigilo se impõe cabendo à Administração ponderar sobre as razões que o justificam, prontificando-se, entretanto, a fornecer as informações se assim o entender a Câmara respectiva.

9. Sendo a matéria relevante, interessando realmente ao Órgão Legislativo, existirá sempre a Comissão de Inquérito para proceder ao exame e à devassa de determinadas atividades.

Nestes casos, a apreciação do sigilo está devolvida à Câmara que assumirá então a responsabilidade pela sua orientação.

10. Se a matéria é considerada sigilosa pela Administração, é de seu dever

ponderar essa circunstância. A Câmara caberá, então, decidir sobre o procedimento a seguir, transferindo-se-lhe, então, a responsabilidade pela divulgação.”

6. Outro não foi o entendimento de Antônio Gonçalves de Oliveira, esposado no Parecer n.º 206-Z, que proferiu, quando de sua marcante passagem por esta Consultoria-Geral, (*Pareceres do Consultor-Geral da República*, vol. II, págs. 160-165. Ed. de 1958).

7. Ressalte-se, ainda — como acentuou o douto Gonçalves de Oliveira, em seu pronunciamento — que o próprio Poder Legislativo, assim concluiu a respeito:

“Além da Mensagem que o Presidente da República deve anualmente enviar ao Congresso este tem o direito de pedir outras informações. Mas é geralmente reconhecido que outras informações de caráter sigiloso podem ser recusadas tendo em vista a natureza dos negócios e melhor defesa do interesse público. Se o Ministro declara que a informação solicitada não pode ser dada sem prejuízo ou inconveniência para o serviço público, o parlamento não insista em tal pedido, salvo circunstâncias especiais e imperativas. (*Diário do Congresso Nacional*, de 15 de julho de 1952, pág. 6.578.)

8. Sendo a Fábrica Nacional de Motores S. A. vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, caberá ao titular da pasta, à vista das razões expendidas pela citada empresa, decidir do caráter sigiloso do assunto, para negar ou não, resposta às informações solicitadas.

Em qualquer hipótese à Câmara deverá ser dada a satisfação de que carece.

É meu parecer, s. m. j.

Brasília, 21 de outubro de 1964 —
Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor-Geral da República.